

NUCOD

Nesta edição do Habeas Boca vamos conversar com Kátia Maria de Melo, Diretora do Núcleo de Apoio a Coordenação dos Juizados Especiais Federais – NUCOD.



HB: Quais são as atribuições do Núcleo de Apoio a Coordenação dos Juizados Especiais Federais – NUCOD?

Temos duas funções básicas. A primeira é administrativa, que consiste em gerenciar a área física do prédio que abriga os Juizados da 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Varas. São desenvolvidas atividades que vão desde cuidar das instalações, solicitando a manutenção e reparos quando necessário, bem como dar prosseguimento aos processos administrativos relativos aos pagamentos de taxas e impostos concernentes ao prédio anexo dos Juizados.

A outra é área processual, uma vez que estão ligados a esse Núcleo o Setor de Atermação e a Central de Perícias. A Atermação atende aos Jurisdicionados que não têm advogados, uma vez que não há legalmente a obrigatoriedade de se constituir um patrono para se ingressar com uma ação no Juizado Especial Federal – JEF. Esse setor inicia processos, peticiona e principalmente orienta as pessoas que o procuram.



Perícia médica

Já na Central de Perícias, nós agendamos perícias médicas e sociais, a fim de instruir os processos previdenciários. Em nossas dependências estão instaladas quatro salas de perícias médicas, todas equipadas como um consultório médico, sendo que uma delas possui equipamentos oftalmológicos. No NUCOD, são realizadas em média cerca 150 atendimentos ao dia, entre periciandos, jurisdicionados, atermação, informações processuais, advogados e peritos sociais.

HB: Quantos servidores trabalham atualmente nesse setor? Há estagiários e terceirizados?

São cinco servidores: Maria Letycia Farias de Moraes e Ronyflávio Freitas de Lima e eu atuando no NUCOD e Selma Bezerra de Melo Freitas e Carlos Alberto da Costa Freitas que lideram a Atermação. Mais um estagiário e sete terceirizados.



Selma e Carlos Alberto, da Atermação

HB: Quem é o Coordenador da COJEF?



O Juiz Titular da 14ª Vara Dr. Roberto Carlos de Oliveira, que assumiu em fevereiro do corrente ano, e o Coordenador Substituto Juiz Titular da 15ª Vara, Dr. Warney Paulo Nery Araújo, que está conosco desde o ano passado e que liderava, em exercício, a Coordenação. Ambos os magistrados possuem uma rica história à frente dos Juizados Especiais Federais, atuando nas Subseções de Itumbiara e Jataí, respectivamente, e têm o objetivo de tornar o atendimento aos jurisdicionados de maior



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

HABEAS BOCA

INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - Nº 08/2014

qualidade, para tanto já estão promovendo algumas mudanças.

HB: Quantos itinerantes estão previstos para 2014 e aonde serão?



Temos um Juizado Itinerante (JEFIT) aprovado pela COJEF/DF para este ano. Porém estamos estudando o local ideal para

sua realização, uma vez que queremos estar certos de que realizaremos em uma região carente de prestação jurisdicional, ou seja, é importante estarmos certos de que a região escolhida tenha uma demanda que justifique a realização de um Juizado Itinerante, pois é um evento que depreende tempo e um custo financeiro relativamente elevado. Se caso entendermos que a referida região não seja adequada para a realização de um JEFIT no corrente ano, estamos levantando a possibilidade de usarmos a verba disponível para a realização de mutirões nas Subseções Judiciárias, a fim de sanear processos já ajuizados ou pendentes de decisões terminativas (mutirão de audiências) ou mesmo planejar para 2015 um juizado mais elaborado e quem sabe em um formato diferente.

HB: De quantas etapas é composto um itinerante e como é feita a seleção dos processos, do local etc.?

São três etapas *in loco* que são a **divulgação** – nesta fase reunimos com as autoridades e entidades locais para a definição do espaço físico, logística do evento e divulgação para o público; **atermação** – quando recebemos o público para iniciar os processos, bem como realizar perícias médicas e sociais, nos casos que forem necessários e de **audiências**, que também culminam em implantação de benefício e expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV) – nesta última quando há sentença homologatória. Quando há acordo entre as partes, o INSS, o qual terá representantes entre nós, já faz a implantação do benefício e nós expedimos RPs nos casos onde a parte autora tenha valores retroativos a receber.

E antes de começar e entre as fazes fazemos contatos, levantamento da região sobre demandas judiciais, distâncias entre municípios, grau de dificuldade de locomoção dos munícipes da região para a cidade polo do JEFIT.

HB: Em média, quantos servidores são deslocados para os itinerantes, como é feita a seleção deles?

Depende da fase. Na primeira, um agente de segurança, o Diretor e o Juiz Coordenador desse Núcleo. Na segunda, dois agentes de segurança, três servidores para atermar e mais dois na área de Tecnologia da Informação e o Diretor e o Juiz Coordenador desse Núcleo. Por último, na terceira fase, um servidor para auxiliar cada Juiz, que variam entre quatro ou cinco (incluindo o Juiz Coordenador do NUCOD) dependendo do número de processos ajuizados, somados a dois da Informática, dois agentes de segurança e o Diretor do NUCOD, além desses, nos acompanham agentes da Polícia Federal, servidores e Procuradores do INSS e Defensoria Pública Federal, bem como dois agentes de segurança do TRF1.

HB: Poderia nos falar um pouco do sistema criado recentemente intitulado “O JEF QUE QUEREMOS”?

“O JEF QUE QUEREMOS” faz parte do Projeto “MELHORaÇÃO” de iniciativa da COJEF/DF que tem como objetivo fazer com que os Juizados da 1ª Região sejam excelência em atendimento e prestação jurisdicional. Para tanto, criaram ações que visam proporcionar o intercâmbio de experiências e ações realizadas nos NUCOD E COJEF existentes. O projeto possibilita aos Magistrados e servidores auxiliar uns aos outros e também oportunizam outros projetos imbuídos no mesmo objetivo. Assim, seguimos trocando experiências e buscando aperfeiçoar nosso trabalho através de novas alternativas, no sentido de cada vez mais servir melhor a população com trabalho célere e de qualidade, que é o real objetivo dos Juizados Especiais Federais.

HB: Você assumiu a coordenação há pouco tempo, quais são as mudanças que pretende fazer para aperfeiçoar o trabalho do Núcleo?



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

HABEAS BOCA

INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - Nº 08/2014

Na verdade estou nos Juizados desde 2007, são sete anos de aprendizado. Participei na elaboração e efetivação de inúmeras mudanças desde a criação do Núcleo da Coordenação há três anos. Desde então crescemos muito, mas óbvio ainda temos alguns gargalos que precisamos sanear. As mudanças acontecerão à medida que surgirem as necessidades e claro sempre acompanhando as mudanças do mundo moderno. No momento, surgem algumas necessidades, uma vez que a demanda é bastante crescente nos Juizados, os quais empreendemos estudos de viabilização. Temos uma Coordenação ativa e uma vontade da Diretoria do Foro de oportunizar, portanto estou certa que caminhamos para formar o JEF que todos nós queremos.

HB: Gostaria de acrescentar alguma coisa que considere relevante?

É importante ressaltar o empenho de toda a equipe, uma vez que um trabalho bem-sucedido é impossível sem seus colaboradores. Este Núcleo, sem o esforço de todos, sejam Juizes, servidores, terceirizados, serviços gerais, agentes de segurança e vigilantes jamais seria possível. A dedicação de todos é visível, uma vez que lidamos com um enorme público. Atendemos todos os dias centenas de pessoas, chegando a cerca 600 pessoas/dia, número registrado no programa de entrada e saída do prédio que abrigam a Coordenação e os Juizados. Essa quantidade de pessoas atendidas incluem também atendimento no balcão e realização de audiências nas quatro Varas. E sempre todos têm se esforçado para cada vez mais atender melhor e tornar o ambiente o mais agradável possível as pessoas que procuram esses Juizados Especiais Federais.

VISITA DE ESTUDANTES



Na tarde de ontem, 26/03, alunos das Faculdades Lions e ESUP – Escola Superior de Negócios estiveram na Justiça Federal de Goiás para uma visita.

Acompanhados de seus professores Fernando Couto e Fernando Rocha, os alunos foram recepcionados no auditório pelo servidor Carlos Eduardo, Supervisor da Seção de Comunicação Social - SECOS, que passou informações sobre a história da JFGO, sua composição e organização.

Em seguida, a visita foi abrilhantada com a presença do juiz federal Jesus Crisóstomo de Almeida que deu uma aula magna sobre a organização do Poder Judiciário nas esferas federal e estadual e suas diversas atribuições.

O magistrado ainda aconselhou os alunos a levarem a sério os estudos. “Dedicação, persistência e equilíbrio emocional são condições essenciais para o sucesso”, disse ele.

Os alunos fizeram fila para tirar foto com o magistrado.

Ao final, receberam um folheto informativo sobre a JF criado pela SECOS.

POLÊMICA



No último número deste informativo, publicamos crônica do servidor Renato Barbosa Cruz sobre “as injustiças por que passariam” os estagiários no seu dia-a-dia. Mas nem todos gostaram do divertido texto. Veja a réplica produzida pelo estagiário Vitor Hugo de Castro e a resposta do Renato Barbosa Cruz às críticas recebidas.

Réplica ao texto: “A culpa é do estagiário”

Salta-me aos olhos o quão indecorosas e desacertadas são as considerações expressadas no



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

HABEAS BOCA

INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - Nº 08/2014

texto em questão. O redator afirma que temos a “venerável tradição de atribuir nossas falhas a quem julgamos estar abaixo de nós”. Tal atitude, típica do comportamento do brasileiro imoral, de nada é venerável. Do trecho em destaque, denota-se no mínimo, uma troca de adjetivos, por certo que é mais coerente dizer que a conduta exposta é maquiavélica, imprudente e deplorável.

Não bastasse tamanha incoerência de uma redação intrincada de se ler, assevera-se que atribuir a culpa a terceiros é uma “providência essencial” para quem exerce poder de mando. Ora, então quer dizer que quem tem o poder de mandar está isento de erros? Quem exerce poder de mando, meus colegas, precisa saber o que é certo e o que é errado, e aceitar quando dá seus escorregões, até pra transmitir o bom exemplo aos seus subordinados.

Dentre os sofismos entrincheirados até este ponto do texto, não sei o que é pior, evidenciar que quem manda essencialmente pode culpar seu subordinado quando erra, ou que tal ensinamento é “valioso”, e que jamais obteríamos nos bancos da faculdade. Sim meus amigos, estamos aprendendo no exercício do estágio que quem manda tem licença pra praticar a imoralidade.

De fato, jamais poderíamos extrair tal conhecimento das salas de aula, já que nenhuma universidade seria tão pífia em transferir um raciocínio tão totalitário aos seus alunos. Alias, moralidade, antes de ser ensinada nas escolas, vem de berço. É notório que alguns conhecimentos não possam ser adquiridos pelo estudante nas dependências da academia, e é por isso que procuramos o estágio. Entretanto, buscamos sempre aprender novos valores, e nunca abscindí-los.

E não para por aí, o pior de tudo emerge do sexto parágrafo em diante, porque de acordo com a nobre dissertação, nós estagiários “devemos nos sentir honrados quando chamados às falas por erros que não cometemos”, pois devemos manter a harmonia do ambiente de trabalho, e evitar a criação de situações constrangedoras. Ora, jogar a sujeira debaixo do tapete é muito fácil (sim, colegas, nós somos esse tapete), e se furtar de assumir seus próprios erros é esconder a sua própria incompetência. Se nós estagiários temos o dever de assumir a culpa de nossos equívocos, nada mais justo que nossos superiores também.

Quando a harmonia do ambiente de trabalho for prejudicada, é lícito que os desarmônicos sejam

apontados, e a competência destes, deve sim ser colocada em dúvida. Por esse último trecho peço desculpas pela sinceridade.

Por fim, acredito que analisar o seguinte comentário: “atribuir ao estagiário essas injustiças é bom para temperar seu caráter” é desnecessário, porquanto a própria ignorância do pensamento o desincumbe de críticas.

Quanto à nós, estagiários, que lutamos contra a voracidade do sistema e postulamos por nosso lugar ao sol no decorrer da labuta acadêmica, não podemos nos curvar às injustiças do absolutismo que ainda persiste em alguns setores da administração pública. Não quero ser prepotente, mas a nossa atuação, na maioria das vezes, é digna de aplausos.

Por todo o exposto, assinalo que a crítica ao texto em epígrafe não tem cunho pessoal, de modo que apenas exerço o direito a liberdade de expressão. Sem mais, peço licença para parafrasear o ilustre autor uma última vez: “E viva os nossos queridos estagiários!”

*Victor Hugo de Castro – estagiário da 15ª Vara SJGO



Resposta ao estagiário indignado

O senhor Victor Hugo de Castro, estagiário da 15ª Vara SJGO, apresentou uma virulenta crítica à crônica feita por mim, chamada “A culpa é do estagiário”. Crítica essa iniciada com um ataque à minha moral, passando pela “incoerência de uma redação intrincada de se ler” e por aí vai.

Em primeiro lugar, lamento muito a opinião do estagiário quando diz que a redação é intrincada e incoerente, pois fiz o máximo para forjar um texto claro, conciso e ágil. Melhor não consigo.

Quanto à minha moral, depois de uma profunda reflexão, admito que não é lá essas coisas e nisso não faço reparo.

Contudo, o problema da diatribe do senhor Victor, equivocada no seu conteúdo e deselegante na sua forma, foi ter se apegado ao sentido literal das palavras que escrevi, percebendo a homenagem como afronta.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

HABEAS BOCA

INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - Nº 08/2014

O estagiário indignado não conseguiu apreender o real sentido do meu escrito que, recorrendo à ironia, expressa justamente o contrário do que ele entendeu.

Aliás, tentei imitar o mestre Voltaire e seu “*ridendo castigat mores*” (rindo, corrigimos os costumes), de modo a deixar a leitura leve e divertida, mas alfinetando aqueles que transferem seus erros para o estagiário, para o servidor, para a mãe etc.

Chega de explicar o óbvio. Não vou tomar mais tempo dos meus suaves leitores. Dou o caso por encerrado, lembrando da oportuna lição de Beccaria: “*A quem é necessário tudo dizer, tudo diria inutilmente*”.

Renato Barbosa Cruz – servidor da 2ª Vara

